

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Departamento de Educação Ambiental

Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)

República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidente: José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministro: Carlos Minc
Secretária Executiva: Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Secretária: Samyra Brollo de Serpa Crespo

Departamento de Educação Ambiental

Diretora: Lúcia de Fátima Socoowski de Anello
Gerente de Projeto: Mônica Armond Serrão

Organização:

Francisco de Assis Morais da Costa

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Ricardo Veronezi Ferrão
Fábio de Senna

Coordenação da consulta a especialistas:

Iara Carneiro

Revisão técnica:

Eliany Salvatierra Machado – cap. 5 - Educomunicação: de movimento popular a ciência
Sandra Michelli Gomes da Costa – cap. 6 – Marco Legal
Fabiana Mauro – revisão geral

Revisão bibliográfica e catalogação:

Alessandra Araújo

Departamento de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios Bloco B – 5º andar, sala 553
70068-900 – Brasília – DF
Tel: 55+61 3317-1207 Fax – 55+61

e-mail: educambiental@mma.gov.br
sítio: <http://www.mma.gov.br/ea>

Catálogo na fonte: Centro de Informação e Documentação-CID Ambiental /MMA

B823c

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental.

Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008.

50 p.; 21 cm.

Bibliografia

I. Título. II. Educação ambiental. III. Educomunicação.

CDU 37:504

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Educomunicação e o Programa Nacional de Educação Ambiental
3. Objetivos da Educomunicação para as políticas de meio ambiente
4. Educomunicação nas políticas públicas de Educação Ambiental e Comunicação
5. Educomunicação: de movimento popular a ciência
6. Marco Legal
7. Princípios da Educomunicação Socioambiental
8. Linhas de ação para projetos, programas e políticas locais
9. Meios de implementação: ações complementares integradas
10. Campos de Aplicação para a Educomunicação Socioambiental no Brasil
11. Fomento às ações
12. Bibliografia utilizada e outras leituras
13. Abraços a todos
14. Colaboradores



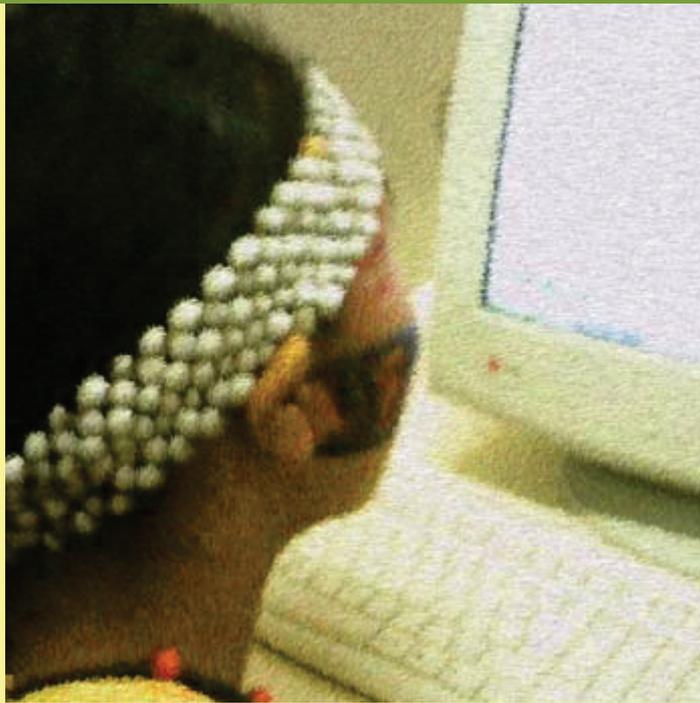
1 - Apresentação

A Lei Federal 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. O Órgão Gestor desta política, por ela estabelecido (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação) recria, em 2003, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O ProNEA adota, então, como uma de suas linhas de ação, a "Comunicação para a Educação Ambiental" e a descreve como: "produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental".

Em 20 e 21 de outubro de 2004 ocorreu em Brasília a *I Oficina Nacional de Comunicação e Educação Ambiental*, promovida pelo **Departamento de Educação Ambiental - DEA/MMA**¹. As discussões e os encaminhamentos desta Oficina apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação socioambiental na perspectiva da Educomunicação. Os princípios, objetivos e ações da presente proposta correspondem em grande parte às recomendações desta oficina e foram incorporados e transformados numa primeira versão de texto-base, lançado para consulta pública em junho de 2005.

Ainda em 2005, o DEA/MMA começou a estimular pesquisadores e profissionais a participar da consulta. Como resultado, foram sistematizadas, entre 2006 e 2007, inclusões e correções de mais de 60 colaboradores. A presente versão é o resultado deste ciclo de contribuições.

Esta publicação tem como missão subsidiar propostas de políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Educação Ambiental e orientar práticas de comunicação no campo da Educação Ambiental, tendo como foco princípios de dialogismo e participação em toda ação comunicativa irradiada a partir deste campo.



2 - Educomunicação e o Programa Nacional de Educação Ambiental

Para a implementação da Lei 9795/99, o referencial pedagógico da Educomunicação traz os seguintes benefícios:

- Sistematiza **quadro de referência para a toda ação comunicativa no campo da Educação Ambiental.**

Em busca de uma sistematização da linha de ação do ProNEA "Comunicação para a Educação Ambiental", deparamo-nos com uma série de ações pontuais já realizadas e experiências não sistematizadas, tanto por parte da sociedade quanto dos poderes públicos. É importante que se tenha clareza das diretrizes para a formulação de políticas de comunicação como parte das políticas e programas federais e locais de meio ambiente e Educação Ambiental, oferecendo um marco de referência político e conceitual capaz de integrar iniciativas de forma coerente com as diretrizes da política ambiental - de transversalidade, transparência, controle social e participação. Foi assim que a comunicação ambiental do ProNEA, ampliada com os valores pedagógicos do dialogismo, da participação e da autonomia, decidiu avançar para uma proposta de Educomunicação.

- Contribui **com a construção de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental.**

A existência de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental é demandada desde a I Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2003, quando delegados presentes no evento encaminharam uma moção solicitando, ao Ministério do Meio Ambiente, que o se comprometesse a conduzir a tarefa.

Nesse contexto, a Educomunicação Socioambiental não responde a todas as necessidades de construção de uma política de comunicação ambiental. Mas corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, na perspectiva do ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental, se quer presente como competência

em conteúdos de educadores e educadoras ambientais, bem como de todos os canais e atores da comunicação social do país.





3 - Objetivos da Educomunicação para as políticas de meio ambiente

- **Estimular e difundir** a comunicação popular participativa no campo da Educação Ambiental brasileira, com o fim de fortalecer a ação educadora coletiva pela sustentabilidade.
- **Contribuir** para a elaboração e a implementação de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental.



Criança Ashaninka na escola Yorenka Ātami, em Marechal Thaumaturgo - AC foto: Benki Pyianko





4 - Educomunicação nas políticas públicas de Educação Ambiental e Comunicação

Para refletir

- Educomunicação Socioambiental é diferente de *Marketing* institucional da Educação Ambiental, porque se constrói no diálogo e na participação democrática. Desta forma, como ir além de divulgar políticas ou projetos de Educação Ambiental?
- Para os comunicadores ambientais, a Educomunicação traz a exigência de um compromisso com processos de formação participativos e permanentes. Como um canal de comunicação comunitária pode se tornar um canal de Educação Ambiental?
- Política de comunicação de um órgão ou instituição que atua em Meio Ambiente costuma basear-se no agenciamento de informações estratégicas de interesse institucional. Como a comunicação institucional pode avançar para incorporar a interatividade democrática, baseada no diálogo com a sociedade?
- Uma comunicação educativa deve ser mais que transmissão de informações. Considerado o direito à informação ambiental, quando se deseja nivelar conhecimentos e comportamentos, como evitar uma postura de doutrinação dos indivíduos pela mídia, numa visão unilateral e prescritiva de "conscientizar a população"?
- Como o educador ambiental pode inserir a Educomunicação Socioambiental em uma dinâmica pedagógica, orientada pelo diálogo e integrada no processo educativo, como oportunidade de mais aprendizados?

A Educomunicação aproxima o campo da Educação Ambiental à perspectiva de uma comunicação popular educadora, autonomista e democrática.

Às vezes se confunde política de comunicação com ações de monitoramento e intervenção pontuais nos meios de comunicação e, outras vezes, apenas com gestão e difusão da informação, da mesma forma como acontece com a comunicação dominada pelo interesse comercial. Dessa forma, a comunicação fica reduzida a apenas uma diretriz que ordena a produção de materiais informativos e documentos ou faça gerência de redes de informação.

Uma política de comunicação ambiental baseada nos princípios da democratização, promoção da autonomia e emancipação, se materializa quando há condições de inclusão ampla no direito à comunicação, que significa não só poder ter acesso à informação e aos bens culturais mediatizados ou não, mas também acesso à participação na criação e na gestão dos meios de comunicação.

Na perspectiva da Educomunicação, pode-se perceber que uma política de gestão da informação socioambiental (por mais dinâmico e interativo que seja o processo de gestão e disponibilização destas informações) não contempla todos os aspectos de uma política de comunicação e informação ambiental que, aqui apresentamos como *ação comunicativa para a emergência de sociedades sustentáveis*. É preciso prover a popularização do uso dos meios a partir da experiência aprendiz e diálogo interativo constante entre estudantes, educadores, pesquisadores e comunicólogos, entre outros profissionais, estando esses atores identificados tanto no sistema formal de educação quanto nos processos educadores não-formais e informais.

É preciso qualificar o processo educador para que haja a organização de um fluxo formador permanente e biorregionalmente contextualizado.

Comunicação e informação ambiental de interesse estratégico

Nas últimas décadas a comunicação tem sido pensada com foco no desenvolvimento sustentável. Se por um lado a relação com esse tema ressaltou o aspecto do direito à informação como condição necessária ao empoderamento de atores e à implementação das agendas ambientais, por outro reduziu, muitas vezes, a participação da comunicação a uma compreensão utilitária e de adestramento ideológico em torno da massificação de condutas tidas como ambientalmente corretas, a partir da compreensão prescritiva da necessidade de "conscientização pública" para a mudança de valores. Isso demonstra a importância de se desenvolver metodologias dialógicas que permitam a essa comunicação assumir sua função pedagógica.

Comunicação não é o mesmo que informação; contudo, atualmente, esta confusão tem se acentuado com a preponderância das abordagens da teoria da informação, em função da corrida pela informatização dos processos culturais e educativos. A comunicação coerente com os princípios do ProNEA deve compreender o seu caráter dialógico e crítico como inalienáveis.

Educomunicação

Processo de comunicação com intencionalidade educacional expressa e que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, ou na comunicação presencial. Educomunicação pode ser definida, também, nas práticas educativas que visam levar à apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação, por meio dos quais os participantes passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação.

(TASSARA, 2008)

Para compreendermos a amplitude do termo Educomunicação e sua aplicabilidade e seu contato com o socioambientalismo, é importante elucidar as diversas dimensões a que o termo remete simultaneamente:

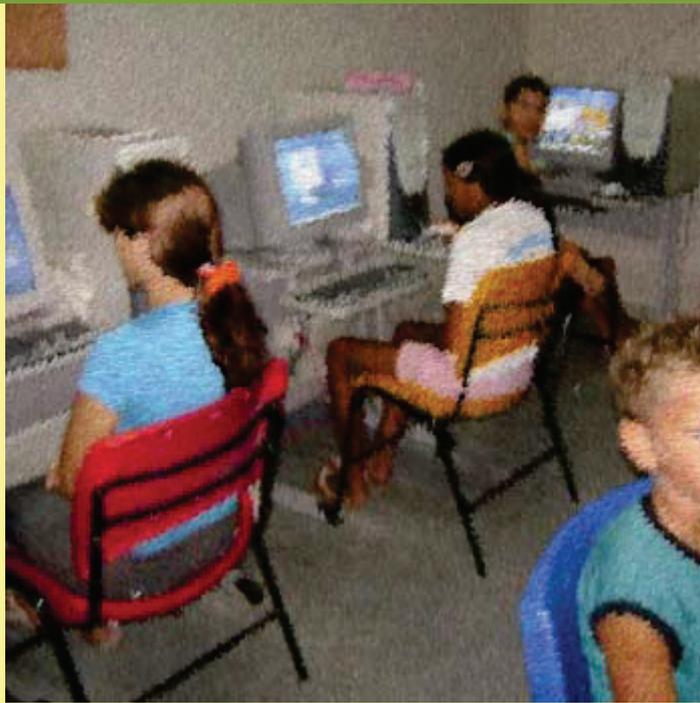
- a) É um campo do conhecimento, uma *epistême*. Está presente assim em atividades de pesquisa, produção de conhecimento e formulação de diretrizes filosóficas de projetos e programas socioambientais;
- b) Refere-se também à educação para a recepção crítica dos conteúdos da comunicação de massa – no exercício da seletividade na escolha da programação dos meios e emprego educativo dessas tecnologias – alfabetização e educação mediática (o que nos EUA se identifica como "*media literacy*");
- c) É promoção de "ecossistemas comunicativos"² a partir do espaço educativo. O virtual e o presencial se articulam em teia educativa baseada nos encontros, fortalecimento de elos, comunidades interpretativas e de informação/formação;
- d) Corresponde ao movimento de gestão participativa dos meios de comunicação, democratização dos sistemas e defesa do direito à comunicação. Portanto, existe enquanto *campo de intervenção social*;
- e) Diz respeito aos processos formativos de habilidades comunicativas;
- f) É a compreensão educativa da comunicação social. A partir da percepção do papel formador dos conteúdos dos meios de comunicação de massa onde, muitas vezes, predomina a disseminação de valores de consumo insustentável, entre outros, e a falta de uma perspectiva educativa na relação com seus públicos, esta dimensão compreende todo o esforço de ver aumentado o valor educativo na programação, o tempo de programação disponibilizado para esse fim e os mesmos cuidados com a programação não dirigida para esse objetivo, contemplando-se a transversalidade do processo educativo que pode caber em toda essa programação.

Educomunicação Socioambiental

A Educomunicação Ambiental ou Socioambiental é uma expressão nova que vem ganhando espaço no campo da Educação Ambiental, nos últimos anos.

Refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no "como" se gera os saberes e "o que" se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza.





5 - Educomunicação: de movimento popular a ciência

"Descobriu-se que, há pelo menos trinta anos, uma nova prática comunicativa vem sendo gestada no seio da cultura contemporânea, levando pensadores como Paulo Freire e agentes sociais como Herbert de Souza, o Betinho, a dar à comunicação intencionalidade educativa a partir de um compromisso social definido: garantir a cada cidadão o acesso e o uso democrático dos recursos da comunicação, tendo como meta a ampliação da capacidade expressiva das pessoas, independentemente da condição social, grau de instrução, ou inserção no mercado, garantindo que o postulado que defende o 'livre fluxo' da informação seja globalizado, superando a meta liberal de se garantir a 'liberdade de expressão' tão somente aos que detêm controle sobre os sistemas de meios de informação. É a partir desse novo contexto que definimos a Educomunicação como um campo de intervenção social".

(Ismar Soares, 2004)

O campo acadêmico da comunicação, no seu processo de auto-avaliação e reflexões epistemológicas, tem tratado o termo *comunicação* como relacionado aos Meios de Comunicação de Massa - MCM - e suas habilitações voltadas à formação profissional para o mercado. Nessa perspectiva, as discussões sobre Educomunicação no Brasil ligam a Educomunicação ao uso dos meios na educação. Mas, quando o termo foi apresentado pela primeira vez, na conclusão do Projeto Perfil³, o objetivo era legitimar um ofício, uma prática que nascesse nos movimentos populares e não em uma habilitação acadêmica.

Nas pesquisas do Projeto, Ismar Soares defendeu que um novo campo de intervenção estava emergindo, mas ele ainda não estava relacionando a Educomunicação a um campo acadêmico. A conclusão do projeto Perfil apontou para a legitimação de um ofício que já era desempenhado na América Latina, aliás, a meta deste projeto foi justamente reconhecer este tipo de atividade. Tanto na Venezuela como no Uruguai, Argentina, Chile, Cuba e Brasil pessoas chamadas de comunicadores populares, a partir da década de 1960,

desenvolveram projetos com comunidades rurais, urbanas, indígenas, etc, com o objetivo de promover a expressão popular através dos meios de comunicação ou através de práticas artísticas (nesse sentido, o teatro estava muito presente). Para essas atividades, deu-se o nome de processos comunicacionais ou trabalhos desenvolvidos em Comunicação e Educação.

Alguns dos projetos, tal como *Cassete Fórum*⁴, desenvolvido por Mário Kaplún, tiveram como objetivo o uso da comunicação, bem como dos meios, para a organização popular – entende-se aqui popular enquanto grupos organizados, comunidade de bairro, associações, sindicatos, e outros ligados à classe trabalhadora. O objetivo do projeto não era produzir programas para serem veiculados na programação da Rádio comercial, mas contribuir com a formação da comunidade.

Na América Latina, vários comunicadores populares foram formados em oficinas, seminários, encontros dos movimentos populares e não nas graduações universitárias. A motivação, na maior parte dos casos, veio de Paulo Freire, mas não para o uso dos meios de comunicação de massa, mas para o uso da comunicação enquanto processo comum a todos, como diálogo, capacidade de expressão e direito à comunicação⁵.

Não é à toa que Soares afirmou que a Educomunicação não nasceu na universidade, mas da prática e principalmente da militância – nasce de processos políticos e ideológicos. O objetivo do comunicador popular não era utilizar os meios, ao contrário, no período de 1960 a 1980 o objetivo era denunciá-los. Na década de 1980 é que as orientações mudam, pois as estratégias políticas mudam, as pesquisas no campo acadêmico da comunicação apontam novos olhares e os próprios comunicadores populares repensam as suas práticas.

Quando Soares apresentou o termo foi para nomear que o campo de intervenção existia e que o ofício devia ser reconhecido academicamente.

O que se entende por campo de intervenção, neste caso?

O campo que atua através de práticas comunicacionais no contexto social, através de estratégias políticas, de projetos com a comunidade, com a educação informal⁶ e formal. Intervir não necessariamente para fazer parte dos MCM – Meios de Comunicação de Massa. Intervir para provocar mudanças sociais. Nesse sentido, o termo *campo* definido por Pierre Bourdieu⁷ pode até ser usado, mas não como referência a um campo acadêmico, como *campo de intervenção* – com práticas diversas e às vezes até contraditórias.

Foi com a expansão das novas tecnologias que o campo acadêmico da comunicação e a área da educação começaram a se interessar pela comunicação, mas inicialmente por uma comunicação voltada para o uso dos meios na educação e, posteriormente, como processo educacional.

Em síntese, a chamada comunicação popular não nasceu na academia, mas pode ser reconhecida por ela.

"De certo modo, pode-se dizer que é um modelo gestado na América Latina. Mas, recebeu valiosas contribuições de pedagogos e sociólogos europeus e norte americanos, na nossa região Freire e outros educadores imprimiram com clareza a orientação social, política e cultural e a elaboraram como uma 'pedagogia do oprimido' como uma educação para a democracia e um instrumento para a transformação da sociedade⁸ (KAPLÚN, 1998, p. 45)".

Logo no início do livro ***Una pedagogía de la comunicación – el comunicador popular (1998)***, Mário Kaplún afirma que quando fazemos Comunicação Educativa estamos sempre buscando, de uma forma ou de outra, um resultado formativo. A produção da

mensagem, na perspectiva de Kaplún, seria para que os destinatários tomem consciência da sua realidade, para que se suscite uma reflexão, para gerar uma discussão, ou seja, para que ocorra o processo de formação e transformação. Nesse sentido, os meios de comunicação são concebidos como instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador.

Na visão de Mário Kaplún, cada tipo de educação tem o seu correspondente em uma determinada concepção, em uma determinada prática de comunicação. Por isso, ele estudou a relação das concepções consideradas fundamentais e as subdivide em duas categorias:

Modelo exógeno (educação = objeto)	1. Educação com ênfase nos conteúdos (educação = objeto) 2. Educação com ênfase nos efeitos
Modelo endógeno (educando = sujeito)	3. Educação com ênfase nos processos

A educação 1 (quadro acima) enfatiza os conteúdos e corresponde à educação tradicional. Baseia-se na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração à outra, do professor ao aluno, da elite instruída às massas ignorantes. A Educação com ênfase nos efeitos ou a também chamada, segundo Kaplún, de "engenharia do comportamento". Consiste essencialmente em "moldar" a conduta da pessoa com objetos previamente estabelecidos.

A Educação com ênfase nos processos destaca a importância do *processo* de transformação da pessoa e das comunidades. Não se preocupa tanto com os efeitos da comunicação, no que diz respeito ao comportamento, mas se preocupa com a interação dialética entre as pessoas e a realidade, com o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e da consciência social. Por isso, o seu nome é "processual".

Kaplún compara três modelos educacionais com três formas de conceber a comunicação. Para ele, assim como existiu a Educação Bancária, existiu também a Comunicação Bancária, que concebia, e em alguns casos ainda concebe, o processo comunicacional como transmissão de informação – que é o velho e conhecido esquema da Comunicação: Emissor (E) que envia a sua mensagem (M) a um receptor (R)⁹.

A segunda comparação foi realizada entre a "educação dos efeitos" e a "comunicação persuasiva". Nessa segunda perspectiva, o comunicador é, para Kaplún, uma espécie de arquiteto da conduta humana, planejando reações do público receptor. O terceiro modelo, o endógeno, está totalmente focado na pessoa e enfatiza o processo. Esse terceiro modelo, fundamental para entender a Educomunicação, é basicamente referenciado em Paulo Freire. É denominado de educação libertadora ou transformadora: ação-reflexão-ação.

Baseado no livro ***Pedagogia do oprimido***, de Paulo Freire (2001), o terceiro modelo tem como pressuposto central a educação para a democracia e como instrumento para a transformação da sociedade. Suas bases são a práxis, "*reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo*"¹⁰. O objetivo dessa concepção é assumidamente de formação e transformação. Educacionalmente a concepção é a seguinte: um educador – educando com um educando – educador. Acredita-se que ninguém se educa sozinho; os homens se educam entre si mediados pelo mundo. "Essa trajetória na qual os homens se educam entre si é precisamente o processo educativo" (KAPLÚN, 2002, p. 45).

A ênfase no processo significa ver a educação como um processo permanente, em que o sujeito vai descobrindo, elaborando, reinventando, fazendo do conhecimento algo seu. Um

processo de ação-reflexão-ação que o educando produz a partir de sua realidade, a partir da sua experiência, desde sua prática social, juntamente com todos os outros que participam desse processo.

Os pressupostos da educação processual são, declaradamente por Kaplún, fundamentados em Paulo Freire. O papel do educador, na educação processual, é de acompanhar o educando, estimular o processo de análise e reflexão para facilitar, mas também para aprender e construir junto. A estratégia é a problematização, que deve auxiliar a pessoa a desmistificar sua realidade, tanto física como social. Logo, Kaplún entendia que a realidade popular era mistificada.

A proposta na perspectiva processual é “aprender a aprender”, para que o educando consiga raciocinar por si mesmo, para que ele consiga superar as constatações meramente empíricas e imediatas das práticas que o rodeiam (consciência ingênua). É uma tentativa de fazer com que o educando consiga desenvolver a sua própria capacidade de deduzir, relacionar, de elaborar sínteses (consciência crítica). Contudo, consciência crítica em Kaplún está relacionada com as concepções de Paulo Freire e não as da chamada “Escola de Frankfurt”, que também tinham como perspectiva a consciência crítica.

O modelo apresentado por Kaplún para a comunicação popular baseia-se na participação ativa do sujeito no processo educativo e tem a perspectiva de formar para a participação social. A aprendizagem, para o autor, ocorre justamente na participação, no envolvimento, na investigação, fazendo perguntas, buscando respostas, problematizando e principalmente problematizando-se. “A aprendizagem ocorre no vivido, no que é recriado, no que se reinventa e não somente no que se lê e se escuta [...] A aprendizagem somente ocorre quando é processual e quando também há gestão dos educandos” (KAPLÚN, 2002, p. 46).

A educação nessa perspectiva nunca é individual, mas sempre grupal. “Ninguém se educa sozinho”, mas através de experiências compartilhadas, na integração com os outros. Esse tipo de educação pode até utilizar recursos audiovisuais ou outros recursos tecnológicos. Não somente para reforçar conteúdos, mas sim para problematizar e estimular discussões, diálogos, reflexões e a participação dos envolvidos.

Segundo Mário Kaplún, a comunicação popular nos níveis psicossocial e cultural devem:

- favorecer a tomada de consciência do educando em relação à sua própria dignidade, seu valor como pessoa;
- ajudar que o sujeito da classe popular supere seu “sentimento apreendido” de inferioridade, recomponha sua auto-estima e recupere a confiança em suas capacidades criativas.

É uma educação comprometida com o social, principalmente comprometida com os excluídos e que se propõe a contribuir com a sua libertação. Sua mensagem central é a liberdade essencial que todo homem tem que realizar. O seu objetivo é que o sujeito pense e que esse pensar o leve a transformar a sua realidade.

A educação sempre ocorre em grupo, o que não significa que o educador não deva passar informações. O educador popular deve passar as informações sempre que for necessário, mas problematizando, e as informações sempre devem responder a uma prévia problematização, a uma necessidade que o grupo sente, a uma pergunta que o grupo formula, a uma busca, a uma inquietação.

Se essa inquietação não existe, a primeira tarefa do educador popular é despertá-la, fazer com que as perguntas surjam, problematizar. Somente assim a informação contribuirá. Somente assim o grupo vai incorporar as perguntas, fazê-las suas.

Para Kaplún, somente o diálogo comunica. Comunicação, em Kaplún, é representada da seguinte forma: a raiz da palavra Comunicação é do latim *communis* = colocar em comum, algo com o outro. É a mesma raiz de comunidade, de comunhão. Expressa algo que se compartilha, que se tem ou se vive em comum. Segundo o pesquisador, foram os norte-americanos os grandes propulsores da Comunicação e principalmente do equívoco que dominou os meios de comunicação social como comunicação, que no princípio eram chamados somente de “*mass media*”, meios massivos ou de massas. Mas depois, para legitimar-se e afirmar o seu prestígio, eles mesmos se autodenominaram “meios de comunicação social”, se apropriando do termo comunicação (KAPLÚN 2002, p.54).

A forma de operar os meios se converteu em modelo referencial, em paradigma de comunicação. Para estudá-lo, foi construída toda uma Teoria da Comunicação que se centrava exclusivamente na transmissão de sinais de mensagens. Dessa forma, de acordo com Kaplún, ao invés de partir das relações humanas, foi a técnica, a engenharia, a eletrônica e as poderosas empresas proprietárias dos meios que impulsionaram a forma de conceber a comunicação. O autor explica que outra forma que também contribuiu para a redução do conceito de comunicação é o caráter autoritário e hierárquico de nossa sociedade. A relação emissor–mensagem–receptor descreve uma forma pretensamente correta, algo permanente no centro da nossa sociedade autoritária e estratificada. Assim, se relacionam professor e aluno, chefe e subordinados, pai e filho, etc.

Os setores populares não querem continuar sendo meros ouvintes; eles querem falar e também querem ser escutados, querem ser interlocutores. “No fundo das concepções de comunicação apresentadas o que há é uma questão básica que a humanidade enfrenta que é definir o que entendemos por comunicação, equivale a dizer em que classe de sociedade que queremos viver” (KAPLÚN, 2002, p. 57).

Comunicação dominadora	Comunicação democrática
Monólogo	Diálogo
Poder	Comunidade
Vertical	Horizontal
Unidirecional	De dupla via
Monopolizada	Participativa
Concentrada nas minorias	A serviço das maiorias

Todo receptor é um emissor. Todo ser humano é dotado e tem faculdades para ambas as funções – emitir e receber – e tem o direito de participar do processo de comunicação, atuando alternativamente como emissor e receptor. Por isso, Mário Kaplún defende também que o comunicador popular deva conhecer a linguagem dos meios para poder usá-los dando, assim, voz aos educandos.

O campo da Educomunicação

Em 1999, após o relatório final do Projeto Perfil, Ismar Soares apresentou academicamente o termo sem, contudo, criar uma nova área de conhecimento, mas tentando legitimar práticas dos comunicadores populares e sistematizar o movimento social em torno do que até então também era chamado de comunicação/educação ou inter-relação comunicação e educação. Soares, então, disse que existe um campo emergente de intervenção social cuja prática é realizada por alguém denominado educador. O termo *educador* é mais amplo que comunicador popular.

Soares batizou a área de intervenção de Educomunicação e para não deixar de fora as mais diversas práticas, sistematizou a área em cinco sub-áreas:

- **expressão comunicativa** através do uso dos recursos da informação e das artes;
- **educação para a comunicação**, configurada nos esforços sistemáticos de educadores no sentido de colaborar com os usuários dos meios massivos na formação do que Paulo Freire chamou de "consciência crítica", frente às mensagens editadas e veiculadas por poderosos sistemas de comunicação;
- **mediação tecnológica nos espaços educativos**, constituída pelos esforços no sentido de identificar a natureza da interatividade propiciada pelos novos instrumentos da comunicação e de democratizar o acesso às tecnologias, desmistificando-as e colocando-as a serviço de toda a sociedade;
- **gestão da comunicação nos espaços educativos**, caracterizada pela abordagem sistêmica das relações entre os recursos da comunicação e as atividades humanas, garantindo um planejamento e uma implementação organizada dos recursos da informação destinada a garantir a eficácia na construção dos *ecossistemas comunicativos* – a sub-área da gestão da comunicação nos espaços educativos é a que garante coordenação e eficiência às demais áreas, permitindo que se obtenha visibilidade para as ações educomunicativas;
- **reflexão epistemológica** sobre o campo da Educomunicação, que inclui a pesquisa e a avaliação sistemática, destinadas a compreender a complexidade das relações entre Comunicação e Educação.

Cada sub-área tenta representar a atuação dos educadores na intervenção social. A ONG Imagem Comunitária, por exemplo, atua nas sub-áreas: expressão comunicativa e educação para comunicação, o NCE – Núcleo de Comunicação e Educação ao desenvolver pesquisas sistematizadas, atua na gestão da comunicação, bem como na reflexão epistemológica.





6 - Marco Legal

Na história das lutas e debates sobre meio ambiente existem diversos eventos e documentos importantes que sinalizam o papel da relação entre a comunicação, a educação e a participação dos cidadãos para o enfrentamento dos problemas socioambientais.

Um começo é o ano de 1992, quando aconteceu a realização da **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, a Rio-92, puxando uma série de outros eventos paralelos.

Como um dos frutos desta Conferência, foi redigida e aprovada a **Agenda 21 Internacional** que, em seus mais de 40 capítulos, procura sintetizar um plano de ação global para as questões em meio ambiente. Os capítulos 36 (Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento) e 40 (Informação para a Tomada de Decisões) são particularmente importantes aqui porque tratam mais diretamente das questões da Educação Ambiental e das políticas de comunicação. Por um lado, a educação é chamada para promover "a conscientização pública para o desenvolvimento sustentável" e por outro, as pessoas passam a ser reconhecidas como usuários e provedores de informação. Também se reconhece a necessidade da informação ser completa e fidedigna para fortalecer, em todos os níveis, o processo da tomada de decisão, e que as estruturas de coleta, avaliação e análise de dados ambientais sejam melhoradas e ampliadas, sobretudo nos países em desenvolvimento. Por fim, o documento cita as informações multisetoriais e o fortalecimento da capacidade de difundir informação tradicional, com especial menção às populações indígenas.

Entre os eventos paralelos à Rio-92, a **Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, conhecida como Fórum Global, também trouxe importantes destaques para a educação e a comunicação ambiental.

Nesta Conferência foi apresentado um **Relatório das ONGs Brasileiras** contendo um capítulo com diversas ações jurídicas, educacionais, de cooperação internacional e de

governo sobre os meios de comunicação, visando o envolvimento da mídia nas questões ambientais. Estas ações são:

- Promover, através da legislação e de iniciativas locais, a democratização dos meios de comunicação;
- Incentivar, através de órgãos governamentais ou não, a disseminação de meios de comunicação locais e comunitários;
- Desenvolver programas de formação e treinamento de profissionais da mídia na área do desenvolvimento socioambiental, tanto no âmbito sindical, quanto nas universidades;
- Estabelecer com organismos internacionais sistemas de cooperação e apoio a meios alternativos, criando um fundo comum destinado à comunidade, como parte dos tratados internacionais pós-Rio-92.

É, porém, no **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global** ^(assista ao vídeo), também constituído no Fórum, que ações da interface Comunicação/Educação Ambiental foram pactuadas com mais ênfase. O Tratado apresenta um elenco de Princípios e Ações, destacando, entre outras coisas, o compromisso com a articulação de grupos e redes, e ações baseadas na memória e nos saberes populares. Neste documento, o envolvimento com os meios de comunicação de massa é citado entre os princípios:

“Princípio 14: A Educação Ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável, e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informação em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.”

E, também entre as ações pactuadas:

“Ação 15: Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação dos recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular a transmissão de programas gerados por comunidades locais.”

Alguns anos mais tarde, foi realizada a **Conferência sobre Meio Ambiente e Sociedade – educação e conscientização pública para a sustentabilidade**, ocorrida em 1997, na cidade grega de Tessalônica. Este evento reconheceu o processo coletivo de aprendizado na Educação Ambiental e também sinalizou que :

“o diálogo contínuo é requerido entre governos, autoridades locais, comunidade educacional e científica, empresas, consumidores, ONGs, mídias e outros, em vista da revisão dos padrões de produção e consumo, rumo à sustentabilidade”.

Aqui, vale destacar que a Conferência de Tessalônica reconheceu a comunicação não somente enquanto ação junto aos meios, mas principalmente como arranjo continuado de processo dialógico entre os atores envolvidos na Educação Ambiental.

No ano seguinte, a UNESCO publicou o documento intitulado **Educação para um Futuro Sustentável**¹¹, onde confirma a perspectiva da comunicação em parceria com a mídia na construção da consciência pública para o desenvolvimento sustentável.

Também no campo da Educação Ambiental, aqui no Brasil, em 1999, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, através da **Lei nº 9795**. O texto faz referências diretas à área de comunicação nos processos educativos ao afirmar que:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm o direito à Educação Ambiental, incumbindo:

IV – aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

E também:

Art. 13º Entende-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único: o Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, Incentivará:

I – a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente.

Ainda como um desdobramento da RIO 92, a **Carta da Terra**¹² teve a sua versão final promulgada na sede da UNESCO em 2000. Esta Carta ^(assista ao vídeo) é um documento que reúne um conjunto de princípios para um mundo mais justo, sustentável e pacífico, e que também sinaliza a importância dos meios de comunicação de massa para o enfrentamento da crise planetária, ao enunciar:

Princípio IV – Democracia, Não Violência e Paz:

14. Integrar na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

c. “Maximizar o papel dos meios de comunicação de massas no sentido de aumentar a conscientização dos desafios ecológicos e sociais”.

O ano de 2003 foi particularmente intenso em eventos nacionais e internacionais que problematizaram a relação entre comunicação e Educação Ambiental.

Em abril desse ano ocorreu na cidade de Valdivia, no Chile, o **VI Simpósio Ibero-americano de Comunicação e Educação Ambiental**, que sugeriu aos países presentes a formação de grupos de trabalho para o desenvolvimento de políticas nacionais sobre este tema.

Entre os dias 15 e 17 de novembro daquele ano, foi realizado, na cidade espanhola de Valência, o **Fórum Global sobre Biodiversidade**, que reafirmou a necessidade de se constituírem as comissões CECOP – de Comunicação, Educação e Conscientização Pública em todos os estados signatários da Convenção RAMSAR (sobre proteção de áreas úmidas). Na ocasião, somente Austrália, Hungria e Alemanha tinham implementado estas comissões.

Ainda no mês de novembro, por ocasião da **I Conferência Nacional de Meio Ambiente**, em Brasília, foi aprovada em plenário uma moção que solicita a construção participativa de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental. Essa Conferência aprovou também uma série de deliberações em torno da divulgação de políticas, campanhas, da promoção da sensibilização e mobilização e apoio à construção de canais de comunicação com a sociedade, voltadas especialmente para:

- *informação sobre unidades de conservação;*
- *maior valorização dos recursos hídricos;*
- *proteção das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais;*
- *prevenção a queimadas e incêndios florestais;*
- *impactos climáticos e ambientais promovidos pelo setor energético e medidas para minimizá-los.*

Em dezembro de 2003, ocorreu em Brasília o **4º Seminário de Comunicação e Meio Ambiente no Brasil**, que teve como público-alvo o próprio governo. O evento abordou a questão da parceria entre público e privado; as campanhas educacionais; a relação mídia-meio ambiente e sociedade; a democratização da informação ambiental e o *marketing* ambiental. Na ocasião, o IBAMA apresentou o projeto de uma "Rede Integrada de Telecomunicações".

Em 2005, por ocasião da **II Conferência Nacional de Meio Ambiente**, a moção aprovada na plenária da I Conferência foi rediscutida, reforçando a necessidade de criação de uma Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental no país.

Por fim, cabe mencionar que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro criou uma Superintendência de Educação Ambiental composta por três coordenações, uma das quais é a de Educomunicação Socioambiental.





7 - Princípios da Educomunicação Socioambiental

“O fato de hoje a Internet ocupar lugar de destaque no coração e mente de quem participa de redes não significa que este ambiente de comunicação, mediado pela tecnologia, seja o único campo desejável da ação comunicativa. Pelo contrário. Não só peças convencionais de comunicação (como informativos impressos, folhetos, programas de rádio, vídeos, etc.) são importantes, como também, como veremos mais adiante, existe um “meio de comunicação” tremendamente mais poderoso que a Internet no que se refere à compreensão, disseminação de idéias e comportamentos e circulação de notícias no âmbito não só das redes como no das relações sociais de maneira geral: a conversa face a face” (WWF, 2003).

A partir dos princípios do ProNEA e considerando-se os fundamentos e antecedentes já apresentados, chega-se aos seguintes princípios norteadores da Educomunicação Socioambiental:

1º - Compromisso com o diálogo permanente e continuado

Pelo princípio do diálogo, a Educomunicação Socioambiental deve promover a inclusão de atores e perspectivas com valorização de experiências acumuladas, bem como de novos modos de ver e novas formas de fazer, sempre pelo bem comum. Isso exige ampliação dos espaços de diálogo e de argumentação e contra-argumentação, dando materialidade à oportunidade do controle social. Uma ação não-competitiva, inclusive no campo ideológico, mas lúcida de seu papel de dar visibilidade e escuta à diversidade. No âmbito de uma política pública, é uma ação constantemente recíproca entre governo e sociedade.

2º - Compromisso com a interatividade e produção participativa de conteúdos

A interatividade na Educomunicação Socioambiental significa, principalmente, canalizar a ação comunicativa advinda dos educadores ambientais, e não apenas levar informação e conhecimento pré-editados. Na perspectiva educadora, toda a produção de conteúdos deve ser aberta e participada sem domínio de tecnologia e de saberes especializados que imponham suas competências por mérito acadêmico. Portanto, ela também põe em questão a reserva de mercado para profissionais de comunicação. O educador popular trabalha nas duas frentes: absorve tanto a educação como a comunicação, não só como dever de instituições e profissionais constituídos, mas a de todo o cidadão que luta pela sustentabilidade .

3º - Compromisso com a transversalidade

Uma comunicação para a sustentabilidade socioambiental que não se contente com um discurso especializado em ecologia, mas tenha clareza de suas interfaces com todos os campos de saber envolvidos na questão socioambiental, e com as produções discursivas de função estética, pedagógica, espiritualista, jurídica, histórica, etc.

Transversalizar no uso de formatos de mídia. Buscar , também, valorizar as formas de intermídia, isto é, sempre que possível conjugar e articular diferentes modos de canalizar a informação. Por exemplo, a programação de rádio pode ser distribuída por emissoras, por páginas eletrônicas e por CD-ROM, além de gerar publicações.

4º - Compromisso com o Encontro/Diálogo de Saberes

O Encontro de Saberes é a promoção e valorização da união e do contato entre diferentes atores - pessoas, instituições, gerações, gêneros, culturas, territórios, numa atmosfera de respeito mútuo, sempre fortalecidos pela ação dialógica.

O Diálogo de Saberes é fundamento metodológico para quaisquer práticas de Educomunicação. Ele é a promoção do contato e diálogo entre práticas, conhecimentos, tecnologias, papéis sociais e políticos. Portanto, uma comunicação socialmente mobilizadora para atuar na formação de alianças e redes, além de favorecer as já existentes.

5º - Compromisso com proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular

A Educomunicação Socioambiental respeita e favorece a autonomia das identidades individuais e coletivas, no contexto das comunidades tradicionais e indígenas.

Por isso, se preocupa em prevenir a apropriação indevida de informações, imagens, conhecimentos e **tecnologias sociais** de comunicação tradicionais e populares, uma vez que grande parte deste patrimônio ainda não está devidamente reconhecido e protegido por lei. Nestes casos, preconiza a lógica da **repartição de benefícios** , materiais e imateriais, quando da circulação de bens destas culturas.

Cabe ao campo da Educação Ambiental, considerando-se o mesmo princípio, defender o direito de acesso e autogestão das expressões culturais dos povos indígenas e comunidades tradicionais junto aos meios de comunicação de massa.

6º - Compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental

A Educomunicação Socioambiental visa favorecer e otimizar a organização da sociedade – uma comunidade organizada é um indicador seguro de continuidade e sustentabilidade do processo comunicativo. A democratização pressupõe igualmente condições de acesso, não só à informação socioambiental, mas também aos seus meios de produção e à sua gestão participativa, incorporando os valores democráticos de forma intrínseca às práticas cotidianas e como expressão da subjetividade humana. Desta forma, os processos educacionais devem apontar para formas de autonomização das produções e evitar a especialização de círculos profissionais que cumpram este papel em substituição à coletividade.

Cabe lembrar que este princípio reafirma e atualiza o Princípio 14 do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (1992), que “requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade”.

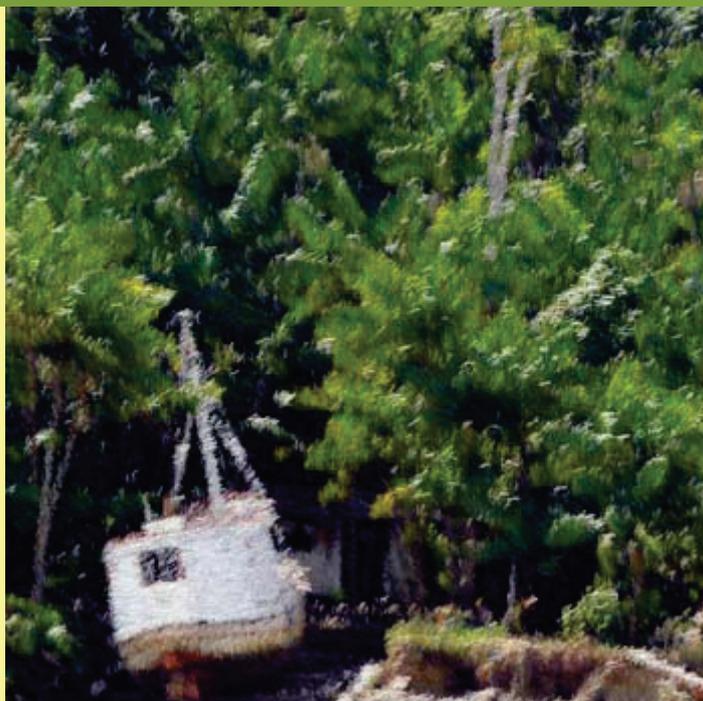
7º - Compromisso com o direito à comunicação

Significa o reconhecimento da comunicação como um direito humano fundamental. Ele envolve mais que o direito à informação, à liberdade de expressão como condição indispensável à emancipação e ao acesso a gestão dos meios. A Educomunicação Socioambiental pode ser vista como uma *prática de democracia, sustentabilidade e liberdade* e, nesse sentido, mantém estreita relação com as demais políticas de proteção da vida e promoção dos direitos humanos. Portanto, é um meio de efetivação do direito à comunicação. Assim como fazer educação, fazer comunicação, nesse caso, é mais que um ato profissional. É, sim, um direito e uma ação emancipatória de todo cidadão.

8º - Compromisso com a não discriminação e o respeito à individualidade e diversidade humana

O trabalho da Educomunicação Socioambiental está fundamentado na *ética do cuidado* e o respeito à diversidade humana, em todos os níveis. Por isso, adota linguagens inclusivas, que não sejam discriminatórias, estigmatizantes, sexistas, racistas, preconceituosas em relação a crenças individuais, ideologias, orientação sexual e identidade de gênero, e que assegurem a visibilidade e a igualdade de oportunidades de participação, manifestação e resposta a todas e todos.





8 - Linhas de ação para projetos, programas e políticas locais

A implementação desta política, assim como a de outras políticas públicas, deve ser um dever compartilhado com todos os entes da sociedade. Assim, as linhas de ação abaixo são diretrizes para a ação de todos os atores e processos de Educomunicação no campo da Educação Ambiental. Essas Linhas de Ação sugerem atividades, processos, linguagens e métodos. Mais informações sobre referências e exemplos destas práticas podem ser encontradas na relação de endereços ao final do texto. *Estas ações podem ser executadas a partir da iniciativa de qualquer segmento da sociedade, sejam grupos de educadores ambientais, instituições da sociedade civil, órgãos públicos, empresas, rádios comunitárias, etc.*

As linhas de ação sugeridas para as práticas são:

1ª – Articulação de Ecossistemas Comunicativos no campo da Educação Ambiental

O objetivo central desta linha de ação é promover a articulação e a manutenção da interação dialógica e da qualidade participativa em todas as instâncias e processos de Educação Ambiental, contribuindo para a sua ampliação e popularização. Ela é fundamental para demonstrar a importância dos processos comunicativos fora dos meios de comunicação, ou utilizá-los apenas como apoio dos encontros presenciais.

Exemplos de ações características :

Atividade	O que é
Etnomapeamento; Biomapa Comunitário; Inventário Sociocultural e Socioambiental; Diagnóstico Participativo	O etnomapeamento e o biomapa comunitários são métodos de construção de diagnóstico socioambiental com envolvimento de toda a comunidade. Os produtos podem incluir, além de texto, "mapas" e produções artísticas. O inventário, por sua vez, sistematiza uma pesquisa; consiste no conjunto de dados relevantes relacionados e ilustrados. O diagnóstico participativo envolve maior apuração de informação técnica; inclui, necessariamente, apresentação de antecedentes, uma parte analítica e uma propositiva.
Monitoramento e Avaliação de processos participativos	Acompanhar, de forma dinâmica, envolvente e criativa, o nível de participação do grupo, buscando desenvolver um ambiente inclusivo e horizontalizado.
Sistematização de experiências	Permitir que os aprendizados e as experiências sejam registrados e colocados à disposição para continuação do processo. As memórias geradas podem ser disponibilizadas também de forma criativa.
Planejamento, arranjo e monitoramento de processos participativos em escala nacional	Conferência de Cultura e Infância Juvenil de Meio Ambiente organizam processos decisórios nacionais de forma dinâmica e concisa.
Mediação – de encontros, conflitos e processos decisórios	Habilidade de fazer mediação dialógica do grupo, assegurando o direito de expressão e argumentação a todos, minimizando impactos no contato entre diferentes pessoas e interesses.
Animação cultural e emulação	Habilidade de envolver e cativar o grupo durante as atividades, e de fazer com que os encontros sejam vivências ricas e alegres, de intercâmbio de saberes e fazeres.
Desenho e Planejamento de Círculos Participativos – Planos de Aprendizagem Dialógica	Habilidade de planejar, propor e negociar formatos de dinâmicas educativas, integração e articulação de múltiplas dinâmicas, numa espécie de "engenharia" social e cultural, voltada para a aprendizagem ambiental.
Tecnologias de Aprendizagem em Convivência (TAC)	As TAC foram inventadas para complementar as TIC (Tecnologias de Comunicação e Informação), buscam desenvolver meios de facilitação da comunicação interpessoal para lidarmos com a diversidade.
Práticas de harmonização ambiental e higienização social	Práticas desenvolvidas que visam reorganizar as condições do aprendizado e da convivência, intervindo inclusive nos espaços.
Manifestações públicas criativas pela sustentabilidade socioambiental e pela democratização da comunicação	No Brasil, temos um grande acervo de experiências neste sentido, e formas novas continuam sendo inventadas.

Observatório Territorial da Educação Ambiental	Os observatórios permitem que as intervenções e os desdobramentos delas possam ser assistidos, monitorados e avaliados.
Arranjos de sistemas locais de comunicação para a Educação Ambiental difusa e permanente	A atuação em conjunto e articulada de vários meios: rádio local. Fanzines e jornais escolares, página na internet.
Vídeo-Fórum	Exercícios de produção audiovisual coletiva, instantânea, que mobiliza a interpretação da realidade, o senso crítico e a formação de opinião.
Teatro-Fórum	Teatro baseado na interação com o público, voltado para representação e interpretação de problemas cotidianos e na promoção dos direitos humanos.

2ª – Produção interativa / participativa em mídias massivas

Criar e gerir coletivamente conteúdos voltados para veiculação nos meios de comunicação de massa, em atividades educativas, permitindo oferta contínua de conteúdos e promoção de pesquisas para a produção de novos conteúdos. Esta linha de ação envolve o fomento à produção educativa ambiental para meios de educação difusa, com foco no Rádio e na TV como veículos prioritários. O aspecto interativo, princípio da Educomunicação, deve privilegiar aquelas iniciativas de produção que reflitam um processo educativo em torno de si e, também, um plano de difusão pedagógica.

A produção interativa / participativa tem como objetivos:

- **fomentar arranjos** solidários e participativos **de produção e veiculação de comunicação socioambiental;**
- **induzir a gestão popular nos meios de comunicação de massa;**
- **alimentar canais públicos, educativos e comunitários com conteúdos socioambientais;**
- **“ambientalizar” os veículos de comunicação comerciais de alcance nacional;**
- **abrir oportunidades de divulgação e apropriação pública das políticas ambientais e da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA.**

Exemplos de ações características:

Atividade	O que é
Formação de comunicadores comunitários pelo meio ambiente	Em atividades de intervenção ambiental, alguns projetos viabilizaram a formação de repórteres ambientais, por exemplo, ou prepararam pessoas para atuar em emissoras de rádio.
GTA	Criação coletiva / Co-autoria de materiais educativos
Pesquisa e documentação intergeracional da cultura e meio ambiente locais	Um movimento de pesquisa com um prazo mais extenso que e sem a necessidade de gerar produtos pré-estabelecidos, como inventários ou diagnósticos. Os mais novos buscam os saberes dos mais velhos e contribuem com os seus.

Agências Aprendizizes de Comunicação Ambiental	No caminho da profissionalização, agências aprendizizes autônomas, ou que funcionem como projetos ou braços de agências convencionais, podem permitir o contato com a sensibilidade e criatividade da juventude para solução de formas de intervenção.
Cobertura e assessoria de comunicação educativas dos eventos, encontros e processos	Fatos e eventos podem ser cobertos por repórteres aprendizizes.
Parceria e colaboração coletiva com meios de comunicação regionais, educativos e/ou comunitários	Consiste em estabelecimento de acordo em que um grupo de educadores, comunicadores e aprendizizes podem produzir conteúdos em processos educativos, e os mesmos possam ser veiculados solidariamente através de espaço disponível em um canal.
Mutirão de produção de campanhas educativas	Reunião de educadores, comunicadores profissionais e aprendizizes, para gerar contextos e planejar campanhas (para incrementar dinâmicas de criação em grupo e gerar processos educativos e participativos em diversos espaços, especialmente em escolas e universidades).
Vídeocartas	É um convite, na forma de vídeo, de um grupo de pessoas que apresenta seu lugar e seu povo. Isto pode gerar uma "corrente" de vídeos educativos comunitários.

3ª – Formação do Educomunicador Socioambiental

Os objetivos dessa linha são:

- desenvolver nas pessoas habilidades comunicativas voltadas para fortalecer suas capacidades expressivas e formação cidadã;
- desenvolver nas pessoas capacidade de leitura crítica dos fenômenos e dos conteúdos e como são vistos pelos meios de comunicação;
- implementar planos para projetos político-pedagógicos de formação de educadoras e educadores ambientais, possibilitando a oferta contínua de cardápios para habilitação em práticas educomunicativas;
- promover atuação conectada de educadores e comunicadores ambientais em processos de intercâmbio de conhecimentos, baseados no interesse comum e solidário pela Educação Ambiental;
- desenvolver pesquisas e experimentações, principalmente coletivas, sobre as relações entre comunicação e Educação Ambiental.

Exemplos de ações características :

Atividades	O que é
Viradas educomunicativas	Movimento combinado e intensivo de mobilização de pessoas, em escala presencial e à distância, com educadores e comunicadores.
Formação de comunicadores comunitários e formação da população através de canais locais	Montagem e execução de ações formativas permanentes junto a canais de rádio e TV locais, apoiando e participando da elaboração dos conteúdos socioambientais;

	<p>Produção de páginas educativas junto a jornais locais; Criação e gestão de jornais comunitários, escolares, com pauta socioambiental</p>
<p>Mutirões de comunicação comunitária pelo meio ambiente</p>	<p>Atividade intensiva de produção / formação, a exemplo da Virada, mas pode ser focada numa só linguagem (rádio, jornal, blog, etc)</p>
<p>Planos de formação tridimensionais: presencial, a distância e difusa</p>	<p>Planejamento pedagógico participativo voltado a contemplar as dimensões à distância e através dos meios de comunicação</p>
<p>Edição/reedição de textos, imagens e sons, coletivamente</p>	<p>Desenvolvimento de atividades formativas reflexivas e críticas a partir da experiência da edição / reedição de materiais</p>
<p>Leitura Crítica e debate de conteúdos e abordagens da mídia sobre meio ambiente, conflitos socioambientais, etc.</p>	<p>Ação básica do processo de formação do espectador, a partir do qual o educador pode desenvolver uma série de técnicas de leitura e interpretação e formação de opinião</p>





9 - Meios de implementação: ações complementares integradas

Para desenvolver as linhas de ação com as atividades características elencadas, e outras a ser propostas, será necessário observar os meios abaixo, devendo estas diretrizes complementares também estar presentes nos planos e projetos político-pedagógicos, no âmbito de processos de Educomunicação Socioambiental.

1 – Realizar diagnósticos e mapeamentos iniciais em todos os níveis

Para mapeamentos e diagnósticos da comunicação num âmbito territorial, recomenda-se observar as seguintes dimensões:

- a) canais e conteúdos existentes;
- b) educadores ambientais atuais e potenciais;
- c) estruturas de apoio à produção e difusão democrática da comunicação;
- d) sistemas informais de comunicação existentes, seja de comunicação face-a-face (articulação de redes, tradições de festas, encontros, assembleias, festivais artísticos e gastronômicos, etc.) ou de comunicação mediática (jornais escolares, rádio-poste, *fanzines*, cordel, festival de vídeos de celular, grupos de aprendizagem na internet, entre outros.

2 – Desenvolver pesquisas e publicações de metodologias apropriadas

Pesquisar e oferecer alternativas metodológicas por intermédio de publicações com destaque para:

- metodologias para diagnósticos de comunicação em programas e projetos socioambientais;
- metodologias de formação de educadores socioambientais;

- subsídios para a elaboração de programas, sub-programas, componentes de programas ou planos estaduais e municipais de Educação Ambiental Socioambiental.

Este processo de pesquisa pode ser realizado com parcerias institucionais, especialmente com universidades.

3 - Apoiar, em seu âmbito de atuação, a constituição de estruturas educadoras voltadas para a informação e a comunicação popular em meio ambiente

São alguns exemplos dessas estruturas: Salas Verdes, Telecentros educadores ambientais, centros de aprendizagem ambiental participativa, rádios-escolas, rádios comunitárias, agências de *fanzines* ambientalistas, laboratórios de jornais escolares, bases comunitárias de Educação Ambiental, monitoramento de recursos naturais e vigilância ambiental.

É importante, para isso, identificar localidades e espaços educativos com demanda expressiva por radiocomunicação ou jornal escolar/ *fanzine*, projetos em curso, área ainda não ocupada com rádios educativas / comunitárias em funcionamento, portanto, com direito a pleito legal. Em relação ao rádio, a ação depende de oficina presencial com dinâmica de formação e, se possível, a disponibilização, após a oficina, de equipamento que possibilite a continuidade da criação de projetos educativos autogeridos. Para isso, deve-se buscar parceiros que possam investir na formação e inclusão tecnológica desses espaços educadores.

4 - Articular bases virtuais de informação (páginas, plataformas, sistemas)

Estas bases têm como função a irradiação interativa da comunicação ambiental para texto, áudio e vídeo, trazendo para si o papel de um centro difusor de conteúdos, apoiando e mantendo a dinâmica de produção participativa de campanhas e programas. Essa ação sistêmica pode incrementar a circulação democratizada de conteúdos e o intercâmbio entre os diversos produtores e exibidores. Serve, ainda, como mecanismo para suprir demandas de canais públicos e comunitários com programação. Abre canais para circulação de campanhas e programetes gerados em comunidades locais, bem como dos governos federal, estadual e municipal, de interesse público (não apenas de autodivulgação) em temas socioambientais.

5 - Trabalhar em rede

Esta prática deve implicar no estímulo da cultura de redes nos campo da educação, da comunicação e da informação ambiental, enfatizando a importância do seu envolvimento com a perspectiva educadora.

Também emerge como objetivo fundamental empreender esforços por um melhor nível de diálogo entre os educadores ambientais e o setor do jornalismo ambiental.

É imprescindível, para isso, o estímulo ao desenvolvimento de instrumentos efetivos de diálogo transparente e respeitoso, o que nem sempre é possível, por meio das "listas de discussão" e comunidades virtuais.

6 - Apoiar o planejamento e a gestão de programas, sub-programas ou componentes de programas de Educomunicação Socioambiental, em qualquer nível do poder público, como meio de fortalecer a Educação Ambiental como prática de todos

Cabe às instâncias de gestão das ações em Educação Ambiental e das políticas ambientais (em todos os setores) e de Educação Ambiental, incorporar o componente de Educomunicação como forma de estimular permanentemente a comunicação dialógica, com o fim pedagógico e de manutenção dos sistemas de comunicação participativos integrados. Esse componente pode ser apresentado na forma de legislação, programas ou sub-programas e ações permanentes.

7 - Definir meios institucionais para apoio permanente e financiamento da Educomunicação Socioambiental

Esta definição é decisiva para a viabilização dos processos envolvidos.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente foi criada, para este fim, em 2006, uma linha específica de financiamento de projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, na área de Educação Ambiental, chamada "Produção de Material Pedagógico", com as características da produção interativa – participativa, baseada nesta proposta. Essa linha de fomento está aberta a projetos que podem ser apresentados em qualquer tempo (demanda espontânea), independentemente da abertura de editais.





10 - Campos de Aplicação para a Educomunicação Socioambiental no Brasil

Apresentamos abaixo uma espécie de roteiro programático que indica os campos de aplicação mais em evidência para a Educomunicação Socioambiental em nosso país. Cada um deles necessita de pesquisa e reflexão sobre as práticas educacionais mais adequadas para cada área de atuação.

Em processos formativos da Educação Ambiental popular, não-formal e informal

- Educomunicação nos Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis.

No Projeto Político-Pedagógico (PPP), nos cardápios, no monitoramento do processo participativo, na Educação Ambiental difusa permanente, fortalecendo a Educação Ambiental como ação organizada pela sustentabilidade.

- Educomunicação para a constituição de Municípios Educadores Sustentáveis, nas Cidades-Escola e nos Bairros-Escola.

Como políticas de educação e comunicação integradas em que as ações articuladas de comunidades e escolas definem um ambiente educador permanente para todos.

- Educomunicação nas Redes de Educação e / ou de Comunicação Ambiental.

Dialogar e atuar com as Redes ajuda na difusão de saberes e experiências, a facilitação de ações e projetos, a interação do diálogo presencial e a distância. Envolve a educação para o uso da *mídia internet* e leitura crítica de toda matéria circulante na *WEB* sobre meio ambiente, Educação Ambiental, sustentabilidade, sempre em transversalidade a uma infinidade de interesses e pautas. As Redes (bem como os canais de comunicação) consideradas parceiras do ProNEA, são aquelas que têm sempre a preocupação e o

compromisso de pautar os meios de comunicação, como questão de democratização da informação ambiental. Elas podem desempenhar papel de *ombudsman* da política ambiental, portanto, têm um papel focal de *controle social* das políticas públicas socioambientais, observando o respeito às diferenças individuais.

- Educomunicação Socioambiental na Pesquisa Participativa em Meio Ambiente.

A realização de Inventários socioculturais, diagnósticos socioambientais, etnomapeamentos, também são exemplos de instrumentos de Pesquisa Participante. Situamos como um setor à parte para mostrar que a pesquisa não é exclusivamente originada no sistema formal de educação. Pode ser proposta e conduzida, também, por exemplo, por uma organização comunitária. Para isso, deve valorizar o “diálogo de saberes”.

Em políticas públicas e movimentos sociais pela sustentabilidade, associados a processos educativos:

- Educomunicação na transversalização de políticas públicas locais.

Políticas e programas locais do executivo podem articular, a partir do conceito de Educomunicação, um arranjo transversalizador de ações pela cidadania e sustentabilidade socioambiental. Leis de Educomunicação Socioambiental podem vincular à área do meio ambiente outros setores como direitos humanos, cultura, educação, esporte e lazer, infância e juventude, etc.

Outra opção são as leis gerais de Educomunicação, que podem associar entre si todos esses setores. Exemplos: Lei Municipal de Educomunicação de São Paulo/SP ; na Bahia, a Educomunicação é um capítulo da Política Ambiental Estadual , que busca se correlacionar com a questão ambiental e transversalizar a informação, pautar os veículos de comunicação e envolver pessoas.

- Educomunicação Socioambiental na Educação Integral de Crianças e Adolescentes.

Com-vidas (Conselhos de Comunidades Escolares pelo Meio Ambiente e Qualidade de Vida), Conselhos Tutelares e Redes de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente amplificam o fortalecimento dos direitos e das responsabilidades compartilhadas, aplicando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e estimulando a ética do cuidado. Direitos fundamentais como o direito ao esporte e ao lazer , por exemplo, estão diretamente relacionados com o direito ao meio ambiente.

- Educomunicação em Fóruns, Conferências, Congressos e Encontros do campo socioambiental.

Trabalhar a qualidade participativa nos encontros e dinamizar a sistematização, as memórias e o diálogo com o público, facilitando a implementação das decisões. Neste caso, a memória e a documentação do encontro são aproveitadas também como espaços educadores, oportunidades de aprendizagem para a formação de educadores.

- Educomunicação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e da educação no campo.

Promover encontros, presenciais e à distância; o diálogo de saberes conecta comunidades e experiências, promove a educação diferenciada, favorece o fortalecimento cultural e a vigilância territorial destes povos e garante a integridade biorregional.

- Educomunicação no movimento organizado da Juventude pelo Meio Ambiente.

Está aí uma das explicações da força da Educação Ambiental brasileira no início do século XXI; um alto índice de renovação e de relevância do papel da juventude, sobretudo através dos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente e da REJUMA – Rede Juventude e Meio Ambiente . Juventude é, portanto, um público preferencial para quaisquer processos de Educomunicação socioambiental.

- Educomunicação dos grupos e núcleos de jornalistas ambientais (NJAs) ou núcleos de eco-jornalistas.

Em ONGs e universidades têm se desenvolvido núcleos de produção, articulação e pesquisa, como os Núcleos de Jornalismo Ambiental da Universidade de Brasília - UnB e da Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e o Núcleo de Jornalistas do Mato, composto por jornalistas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O papel principal é o de vincular pautas, formar opinião, fortalecer os espaços da informação ambiental, qualificar processos formativos a partir dos meios, pesquisar e oferecer leitura sistematizada e politicamente engajada. Assim, tem um importante papel de controle social e pressão sobre o poder público, bem como sobre as redes, de maneira mais aplicada.

Para praticar como Educomunicação é preciso explicitar o aspecto participado (no levantamento da informação junto ao público, por exemplo) e ter proposta de difusão educativa da sua informação, porque, como dito anteriormente, a Educomunicação Socioambiental não é igual à comunicação ambiental feita pelos meios funcionalistas convencionais.

- Educomunicação Socioambiental para o contexto das fronteiras interculturais da América Latina.

Os desafios da formação de ecossistemas comunicativos para a Educação Ambiental Popular, no contexto das fronteiras interculturais do Prata, Andino-Amazônica, etc., sugerem a necessidade de estratégias de estreitamento cultural. Fóruns de intercâmbio de saberes e experiências podem cumprir esse papel. Exemplos dessa prática são o Centro de Saberes do Prata (Foz do Iguaçu-PR) e a iniciativa MAP (ampla agenda socioambiental construída entre os Estados Madre de Diós, Peru, Acre, Brasil, e Pando, Bolívia).

- Educomunicação das rodas de diálogo, na educação popular em saúde.

Em diagnósticos ambientais coletivos, em práticas de produção participativa de conteúdos educativos para saúde pública, educação direta no atendimento de Agentes de Saúde comunitários. As políticas de saúde no Brasil têm evoluído nos últimos anos fortemente com essas práticas, mostrando um expressivo potencial educador dos educadores populares em saúde.

- Educomunicação nas ações de gênero e cidadania.

Nas diversas formas de expressão comunicativa é possível educar ambientalmente considerando-se as questões de gênero. Um exemplo são as oficinas de Gênero e Comunicação promovidas pela Rede Cerrado , que deu origem ao projeto “Fale aí com suas próprias palavras” e o programa radiofônico “Agora é que são Elas no Cerrado”, da Rádio Comunitária Meia-Ponte (Pirenópolis, Goiás – 2003), em que as mulheres abordaram conflitos familiares associados à militância ambientalista.

Na educação formal

- Educomunicação nas relações escola – *mídia*.

Agenciamento e aprendizado da leitura crítica dos meios através da produção e participação nas *mídias* comunitárias e *mídias* da escola: *fanzine*, rádio interna e comunitária, páginas e blogs, entre outras; observar o Programa Nacional de *Mídias* na Educação (em construção pelos ministérios da Educação e da Cultura). Vale lembrar que esta é uma grande área para políticas e projetos específicos, considerado o universo de instituições que pode envolver. Portanto, um grande desafio para as políticas do MEC.

- Educomunicação Socioambiental em universidades e escolas de comunicação.

Seja em universidades, centros de pesquisa independentes, estruturas educadoras comunitárias, centros de Educação Ambiental, Sistema S (Senac, Sesc, Sesi, Sebrae, Senai, Senar, Sest, Senat e Sescoop), seja em escolas formais e não-formais que oferecem formações em habilidades comunicativas, desenvolvendo capacidades de gestão de ecossistemas comunicativos, bem como de produção. É importante observar como inserir os valores democráticos de gestão e associar essa Educomunicação ao campo da Educação Ambiental. Um exemplo de escola não-formal de comunicação é a Escola de Comunicação Popular e Crítica, do Rio de Janeiro, na favela da Maré.

Na educação difusa e nos meios de comunicação de massa

- Educomunicação pelos meios de comunicação de massa de alcance e cobertura nacional, inclusive os canais comerciais, uma vez que não só podem como têm o dever de oferecer processos formativos continuados qualificados, oportunidades reais e não apenas pontuais e lúdicas de produção participativa e de avaliação de seus conteúdos.
- Na Educação Ambiental feita pela comunicação comunitária, ou seja, num contexto biorregional e local definido, canais de caráter educativo, gestão democrática e de diálogo permanente e não-discriminatório com toda a comunidade, são instrumentos indispensáveis do processo educador socioambiental.
- Nos grupos de convivência e aprendizagem na internet, comunidades e círculos virtuais.
- Na promoção de concursos e mostras de vídeos de Educação Ambiental feitos por aparelhos de telefonia celular e transmitidos via internet. Outra possibilidade são os mutirões educativos de produção destes vídeos (sem caráter competitivo).
- Educomunicação Socioambiental pela arte-educação e pela produção artística de poesias, músicas, peças de teatro, etc.

Na gestão ambiental pública

Introduzida como área ou linha de ação de programas, políticas e projetos de educação ambiental ou em quaisquer políticas ambientais, a Educomunicação Socioambiental traz, nas linhas de ação aqui sugeridas, princípios, procedimentos e atividades que permitem colaborar, entre outras coisas, com:

- Zoneamento ecológico-econômico;
- Gestão de Unidades de Conservação;
- Realização de conferências e processos decisórios.



11 - Fomento às ações

Para implementação das ações de Educomunicação Socioambiental pelo conjunto da sociedade, é necessário que entes do poder público e de empresas privadas definam meios de fomento à comunicação ambiental de caráter educativo, na perspectiva da Educomunicação apresentada aqui.

Pelo Ministério do Meio Ambiente, a linha de fomento a projetos do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, já mencionada, pode apoiar projetos com custos entre R\$ 50 e R\$ 150 mil, independente da abertura de editais.

Outras medidas podem ser estabelecidas pelo poder público, por empresas e pela sociedade civil, entre muitas a serem criadas e descobertas:

- criação de editais de financiamento de audiovisuais (por setores que gerem as políticas culturais voltadas à temática ambiental e com vistas à Educação Ambiental);
- apoio a empresas, produção de materiais educativos, programação de rádio e tv, páginas educativas em impressos, formações a distância e presenciais pautadas pela Educomunicação Socioambiental;
- estabelecimento de ações de Educomunicação Socioambiental como item de orçamentos públicos nas áreas da Educação, Cultura e Meio Ambiente - no caso do governo federal, inclusão nas previsões de programa orçamentário pluri-anual (PPAs);
- convocação de empresas com o título de "responsabilidade socioambiental". Muitas empresas que levam esse título podem investir recursos em ações integradas de educação e comunicação ambiental, na forma de patrocínio a projetos de instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, por exemplo.

Em resumo, esta é uma nova forma de se ver a comunicação, buscando entender o seu papel no campo da Educação Ambiental e das políticas de meio ambiente, de forma geral. Você pode colaborar enviando relatos de experiências e exemplos para nosso endereço eletrônico: educambiental@mma.gov.br .



12 - Bibliografia

- **ALVES**, Patrícia Horta. *Educomunicação: a experiência do Núcleo de Comunicação Educação – ECA/USP*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 2002.
- **ALVES**, Patrícia Horta. *Educom.rádio: uma política pública em Educomunicação*. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2007.
- **BACEGGA**, M. Aparecida. *Gestão de Processos Comunicacionais*. São Paulo: Atlas, 2002.
- **BARI**, Valéria Aparecida. *Por uma epistemologia do campo da Educomunicação: a inter-relação comunicação e educação pesquisada nos textos geradores do "I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação"*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 2002.
- **BELTRAND**, Marcelo Vernet (Org.). *Manual de Comunicação e Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2004.
- **BRASIL**. Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 2000.
- **BUBER**, Martin. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- **CITELLI**, Adilson (coord.). *Comunicação e Educação – a linguagem em movimento*. São Paulo: Cortez, 1997.
- **DUARTE**, Rosina. *SOS Comunicação: estratégias para a divulgação do Terceiro Setor*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. - 2a. ed.
- **FREIRE**, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- **FREIRE**, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 12ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Fórum de ONGs Brasileiras. *Meio Ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros. Relatório do Fórum das ONGs brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1992.
- **GOMES**, Ana Luisa Zaniboni & **GOMES**, Sérgio. *Tecendo Redes no Brasil Rural – A Comunicação como Ferramenta de Desenvolvimento Local*. Brasília: NEAD/MDA e Editorial Abaré, 2003.

- **GRAMSCI**, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* . Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983.
- **HABERMAS**, Juergen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo* . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- **KAPLÚN**, Mario. *Una Pedagogia de la Comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.
- **LEVY**, Pierre. *A Inteligência Coletiva – Por uma Antropologia do Ciberespaço* . São Paulo: Loyola, 2000.
- **LIMA**, Venício A. De Lima. *Mídia – Teoria e Política*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.
- **LUZ**, Dioclecio. *Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer Rádios Comunitárias na Intenção de Mudar o Mundo*. Brasília: produção independente, 2001.
- **MARTÍN-BARBERO**, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- **MARTÍN-BARBERO**, Jesús. *La Educación desde la Comunicación*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.
- **MOLISSON**, Bill. *Introdução à Permacultura* . Brasília: PRODEAGRO, 1996.
- **MORENO**, Jacob Levy. *Quem Sobreviverá?*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- **MORIN**, Edgar & **LE MOIGNE**, Jean-Louis. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- **NELSON**, Peter. 10 dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente. Porto Alegre: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, 1994.
- **ROSSETTI**, Fernando. *Mídias e Educação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- **SANTOS**, Claudia Coelho & **SORRENTINO**, Marcos. *Formação de Educadores Ambientais: em busca da Potência de Ação*. In http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/sociedade_do_conhecimento.
- **SCHAUN**, Angela. *Práticas Educomunicativas e Grupos Afro-descendentes em Salvador, Bahia*. São Paulo: Mauad, 2002.
- **SCHAUN**, Angela. *Educomunicação: Reflexões e Princípios*. São Paulo: Mauad, 2002.
- **SOARES**, Ismar de Oliveira. 'Gestión de la Comunicación em el Espacio Educativo (o los desafios de la Era de la Información para el sistema Educativo)' in GUTIERREZ, Alfonso. *La formación del profesorado em la Sociedad de la Información*. Valladolid: Universidad de Segovia, 1998.
- **SOARES**, Ismar de Oliveira. *Educommunication*. São Paulo: NCE-ECA/USP. 2004.
- **SOARES**, Ismar de Oliveira. *Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais*. In Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte – nº 2. Brasília: UnB, 1999.
- **SOARES**, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: um campo de mediações*. Revista Comunicação & Educação n. 19. São Paulo: Segmento / ECA-USP, 1996.
- **TASSARA**, Eda. *Dicionário Socioambiental: idéias, definições e conceitos*. São Paulo: FAART, 2008.
- **TRAJBER**, Rachel. "Educomunicação para Coletivos Educadores". In Ferraro, Luiz A. (org) *Encontros e Caminhos – vol. 1*. DEA/MMA: Brasília, 2005.
- **UNESCO/IBAMA/SEMA-SP**. *Educação para um Futuro Sustentável – Uma Visão Transdisciplinar para uma Ação Compartilhada*. Brasília: Edições IBAMA, 1999.
- **WWF**. *Redes – Uma Introdução às dinâmicas de conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- **VALDERRAMA**, Carlos. *Comunicación-Educación – Cordinadas, Abordajes y Travesias*. Bogotá: Universidad Central/ DIUC, 2000.
- **VIEZZER**, Moema. *Se me Deixam Falar – Damitila*. Porto alegre, Global, 1982.



13 - Abraços a todos

A "Tequinologia" do Abraço

O matuto falava tão calmamente, que parecia medir, analisar e meditar sobre cada palavra que dizia...

- É... das invenção dos hõmi, a que mais tem sintidu é o abraço. O abraço num tem jeito dum só pruveitá! Tudo quanto é gente, no abraço, participa duma beradinha...

Quandocê tá danado de sordade, o abraço de arguém ti alivia...

Quandocê ta danado de raiva, vem um, te abraça e ocê fica até sem graça de continuá cum raiva...

Si ocê tá filiz e abraça arguém, esse arguém pega um poquin da sualegria...

Si arguém tá duente, quandocê abraçele, ele começa a miorá, i ocê miora junto tomém... Muita gente importante e letrada já tentô dá um jeito de sabê prumódiquê qui o abraço tem tanta tequilonogia, mais ninguém inda descubriu u segredo...

Mas, iêu sei! Foi um isprito bão de Deus qui mi contô...

Iêu vô contá procêis uqui foi qui ele mi falô: O abraço é bão prucauso do Coração... Quandocê abraça arguém, faismassage no coração!...

I o coração do ôtro é massagiado tomém! Mais num é só isso, não...

Aqui tá a chave du maió segredo de tudo: É qui, quandu abraçemo arguém, nós

fiqumo tudo é com dois coração no peito!...

Um agazáia o ôtro e nós tudo fiqumo quentinho cá dendióis. Brigadu pelos seus abraço, pela suamizádi e purnossos camin ter si cruzado nesta vida.

Inté! (Deuzducér... quem quiscrivinhô essa furmuzura?!!!)





14 - Colaboradores

Este documento foi elaborado com a participação das seguintes pessoas, além da equipe técnica do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e do organizador.

Alisson Ishy	Liliana de Salvo Souza
Aldem Bouscheit	Liliana Sampaio de Almeida Peixinho
Allan Milhomens	Lucineide Santana
Ana Maria Moreira de Alvarenga	Lúcia Maria Chayb Capriles
Ana Maria Nascimento	Mara Régia di Perna
André Barbosa Filho	Marcos Sorrentino
André Luís Alves	Maria Clara Lanari Bó
André Trigueiro Mendes	Maria Emília Medeiros
Ândrea de Andrade Bangoim Dias da Costa	Maria Lúcia Gomes de Almeida
Ângela Maria Martins	Marigia Madie Tertuliano dos Santos
Anthony de Cristo	Matheus Pereira Mathos Felizola
Arno Kaiser	Moacir Gadotti
Benki Piyanko	Moema L. Viezzer
Carlos Frederico Bernardo Loureiro	Mônica Pacheco de Araújo
Carlos Tautz	Patrícia Horta Alves
Celso Petrillo	Patricia Mousinho
Dioclécio Luz	Patrícia Otero
Dione de Oliveira Moura	Paula Cals Brügger Neves
Edgard Patrício de Almeida Filho	Pedro Celso Campos
Edvaldo Ferreira	Phillippe Pomier Layrargues
Eliany Salvatierra Machado	Priscilla Pereira
Everaldo de Souza Cordeiro	Randau Marques
Fernando Oliveira Paulino	Raquel Henkin
Fernando Rossetti	René Capriles
Gilberto Costa	Roberto Villar Belmonte
Gilberto Nascimento	Rodrigo Vizeu

Graça Melo
Isis Lima
Ismar de Oliveira Soares
Jandira Gouveia
João Fortes
Joaquim Carvalho
João Sassi
João Luiz Lani
Jorge Luiz do Nascimento Sóter
Jorge Luiz Ramos
Júlio Wainer

Sandra Michelli da Costa Gomes
Sandra Sinicco
Sérgio Gomes
Simone Bortilieri
Simone Moraes
Sônia Aguiar Lopes
Valdirene Cássia
Venicio Arthur de Lima
Vilmar Berna
Vincent Carelli
Viviane Amaral
Washington Novaes



Programação Visual: Arthur Armando da Costa Ferreira - DEA/MMA

Créditos da Fotos: IBAMA e Ascom/MMA

1 - O Departamento de Educação Ambiental - DEA/MMA - foi criado com a MP 366 de abril de 2007. Em 2004, era apenas uma Diretoria do ProNEA. 

2 - O conceito de ecossistema comunicativo, embora soe estranho do ponto de vista das ciências ambientais, é compreensível sob a ótica de uma "ecologia social", e é uma apropriação conceitual comum ao campo da comunicação, que subsiste sempre na sua transdisciplinaridade. 

3 - Projeto de pesquisa executado pela ECA/USP, entre 1997-99, com o título "A inter-relação Comunicação e Educação no âmbito da Cultura Latino-americana – O Perfil dos pesquisadores e especialistas na área". Relatório FAPESP – processo 96/07259-2, São Paulo. 

4 - No cassete-fórum e ram promovidas discussões com as comunidades para a resolução de problemas comuns, e eram mediadas por uma pessoa e gravadas no formato de programa radiofônico ou de TV. O objetivo não era veicular em emissora de rádio, não era fazer um vídeo ou um documentário para participar de um festival. Era trabalhar a capacidade de liderança e de comunicação da comunidade. 

5 - Está justamente na dificuldade de dominar o repertório acadêmico a escassez de textos e intervenções ditas acadêmicas por parte dos comunicadores populares. Nesse sentido, Ismar de Oliveira Soares, Gabriel Kaplún e Jorge Huergo têm realizado várias contribuições, já que dominam o texto acadêmico e fazem parte da academia. 

6 - A educação não-formal define-se como uma atividade educacional organizada e sistemática, levada a efeito fora do marco de referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos particulares da população sejam adultos ou crianças. In: ALVES, Patrícia Horta *apud* GOHN, Maria da Glória. 

7 - Campo, na teoria proposta por Pierre Bourdieu, representa um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. É o poder simbólico. 

8 - "En cierto modo, se puede decir que es un modelo gestado em América Latina. Aunque recibí valiosos aportes de pedagogos y sociólogos europeos y norteamericanos, em nuestra región Freire y otros educadores Le imprimen su clara orientación social, política y cultural y La elaboran como una 'pedagogía Del oprimido', como una educación para La democracia y un instrumento para La transformación de La sociedad." In.: Mário Kaplún, *Uma pedagogia de La comunicación – El comunicador popular*, p.45. 

9 - Os pressupostos aqui apresentados foram publicados por Kaplún pela primeira vez em 1985. À época da publicação era relevante marcar as diferentes concepções de comunicação. 

10 - Cabe comentar que esse também é o pressuposto central para Soares: através da reflexão e principalmente da capacidade de ação humana, o ser humano pode transformar o meio ao qual ele pertence. 

11 - Documento disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686porb.pdf> 

12- Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org> 

